

OLIVEIRA TRUST S.A.
CNPJ n° 21.110.778/0001-23

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

OLIVEIRA TRUST S.A.
CNPJ nº 21.110.778/0001-23

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa – método indireto

Demonstrações individuais e consolidadas dos valores adicionados – informação suplementar

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025



Sumário Executivo

Receita Líquida

R\$ 329,2 milhões

▲ +11% vs. 2024

EBITDA

R\$ 135,1 milhões

▲ 7% vs. 2024

Lucro Líquido

R\$ 132,1 milhões

▲ +28% vs. 2024

- **Receita Líquida** totalizou R\$ 329,2 milhões em 2025, representando crescimento de 11% em relação a 2024.
- **Market Share de Agente Fiduciário:** Em 2025, a posição de destaque foi mantida, com um *market share* de 33% nas novas operações de CRIs, CRAs, Debêntures e Notas Comerciais.
- **Ativos sob Custódia (AUC)** de R\$ 186 bilhões, 12% maior ao registrado em 2024.
- **Ativos sob Administração (AUA)** de R\$ 155 bilhões, em linha com o mesmo período do ano anterior.
- **Escrituração** alcançamos o volume financeiro de R\$ 622 bilhões, crescimento de 37% sobre 2024.
- **EBITDA** de R\$ 135,1 milhões (+7%) e **Lucro Líquido** de R\$ 132,1 milhões (+28%) em 2025, recordes históricos, impulsionados por eficiência operacional e inovação tecnológica
- **Tecnologia:** avançamos na automação, na adoção de inteligência artificial e na migração para ambiente 100% cloud, com evolução das esteiras digitais de Notas Comerciais e do OCTO.

Administração Fiduciária

Receita Líquida

R\$ 85,3 milhões

▲ 7% vs. 2024

Serviços Qualificados

Receita Líquida

R\$ 119,2 milhões

▲ +15% vs. 2024

Serviços Fiduciários

Receita Líquida

R\$ 124,7 milhões

▲ +12% vs. 2024



Mensagem da Administração

Mercado

Segundo dados da ANBIMA, em 2025, o mercado de capitais brasileiro encerrou o exercício com recorde histórico de R\$ 838,8 bilhões em ofertas públicas, representando um crescimento de 6,4% em relação a 2024. Foram mais de três mil operações que ratificaram a importância do mercado de capitais como fonte de financiamento das empresas no país, em um contexto caracterizado por taxa de juros elevada. Vale destacar que o quarto trimestre concentrou volumes expressivos, com destaque para operações de maior porte no segmento de fundos listados e de títulos de dívida.

Do total emitido em 2025, as operações de renda fixa representaram 88%. O volume das ofertas de debêntures incentivadas registrou crescimento de 31,7% em relação a 2024, enquanto o de notas comerciais expandiu 18,9%. Os instrumentos de securitização apresentaram desempenho relevante, com as debêntures de securitização atingindo R\$ 53,3 bilhões (+58,5%) e os FIDCs superando 1.000 operações, com captação de R\$ 90,8 bilhões. Do lado dos Certificados de Recebíveis, os CRIs recuaram 20,2%, somando R\$ 49,0 bilhões, enquanto os CRAs alcançaram R\$ 46,2 bilhões (+11,1%) e os CRs R\$ 2,7 bilhões (+138%). Adicionalmente, instrumentos como as CPR-F apresentam evolução no financiamento do agronegócio, enquanto as ofertas de FILs e FIAGROs demonstraram recuperação ao longo do exercício, especialmente no quarto trimestre, reforçando a diversificação das fontes de captação.

A indústria de fundos de investimento refletiu esse mesmo ritmo ao longo de 2025, encerrando o ano com captação líquida positiva de R\$ 88,4 bilhões, apesar da volatilidade observada no exercício. O resultado foi sustentado pelos fundos de renda fixa, com destaque para estratégias de crédito privado. Em contrapartida, os fundos multimercados e de ações registraram resgates líquidos de R\$ 113,3 bilhões. Os fundos estruturados mantiveram papel relevante como instrumentos de financiamento, com captação líquida de R\$ 57,6 bilhões em FIDCs e R\$ 60,1 bilhões em FIPs ao longo do exercício.

No ano, o crédito privado assumiu papel central no mercado de capitais brasileiro, em um contexto marcado pela ausência contínua de IPOs e por maior seletividade dos investidores. A retração da renda variável foi compensada pela expansão dos instrumentos de dívida corporativa e estruturados, como debêntures incentivadas, FIDCs e operações de securitização, consolidando o mercado de capitais como alternativa relevante ao crédito bancário tradicional. Nesse ambiente, a predominância da renda fixa e dos instrumentos estruturados refletiu uma mudança no perfil de captação das empresas e na alocação dos recursos, com maior utilização de veículos como debêntures corporativas e fundos de direitos creditórios para o financiamento de projetos de médio e longo prazo.

Desempenho Operacional

Em 2025, a Oliveira Trust apresentou evolução consistente de seus principais indicadores operacionais e financeiros.

A Companhia manteve posição de liderança no segmento de Agente Fiduciário, com *market share* de 33% sobre as novas operações, ratificando sua participação estrutural no mercado. Os Ativos sob Custódia (*AuC*) alcançaram R\$ 186 bilhões, crescimento de 12% em relação ao exercício anterior, enquanto os Ativos sob Administração (*AuA*) somaram R\$ 155 bilhões, mantendo-se em patamar estável na comparação anual. No Serviço Qualificado de



Relatório da Administração 2025

Escrituração, o volume financeiro processado atingiu R\$ 622 bilhões, expansão de 37% frente a 2024, evidenciando o aumento da complexidade e da escala operacional das estruturas atendidas pela Companhia.

O crescimento da Oliveira Trust em 2025 foi sustentado por avanços operacionais e tecnológicos voltados ao reforço da segurança, da conectividade e da automação dos processos. A Companhia intensificou investimentos em processos e na evolução de sua metodologia de trabalho, ao mesmo tempo em que avançou na adaptação às exigências regulatórias, incluindo a Resolução CVM 175 e a revisão da Resolução CVM 88.

No campo tecnológico, a Companhia consolidou sua infraestrutura em ambiente *cloud native*, ampliou integrações via APIs e incorporou a inteligência artificial de forma transversal ao negócio, automatizando alertas e rotinas críticas.

Destacaram-se ainda a implementação da cessão totalmente automatizada na plataforma OCTO, que aumentou a agilidade dos fluxos e reduziu riscos operacionais, e o lançamento da Esteira Digital de Notas Comerciais, que redefiniu o processo de emissão ao reduzir prazos de semanas para minutos, com total aderência regulatória.

No campo da inovação em produtos, a Companhia liderou a primeira emissão pública de Cédula de Produto Rural Financeira (CPR-F) do país e participou da estruturação da primeira Letra de Risco de Seguro (LRS), demonstrando capacidade de adaptação a novos instrumentos e marcos regulatórios.

Esses resultados refletem a capacidade da Oliveira Trust de combinar escala operacional, inovação tecnológica e rigor regulatório, sustentando sua posição como infraestrutura essencial para o mercado de capitais. A Companhia encerra 2025 preparada para apoiar a expansão do setor e a crescente complexidade das operações financeiras.

Desempenho Financeiro Consolidado

(Em R\$ mil)	2025	2024	Varição 2025/2024
Receita Bruta	365.173	329.189	10,9%
Impostos e descontos sobre Receita	-35.958	-33.659	6,8%
Receita Líquida	329.215	295.530	11,4%
Despesas Operacionais*	-175.159	-169.669	3,2%
<i>Incentivo de Longo Prazo</i>	<i>-18.923</i>	<i>-10.255</i>	<i>84,5%</i>
EBITDA	135.133	125.861	7,4%
Depreciações e Amortizações	-4.055	-4.239	-4,3%
EBIT	131.078	121.622	7,8%
Resultado Financeiro	73.000	40.652	79,6%
Lucro Operacional	204.078	162.274	25,8%
IR / CS	-71.995	-58.716	22,6%
Lucro Líquido do exercício	132.083	103.558	27,5%

**Para esse quadro, em específico, as Depreciações e Amortizações são expurgadas das Despesas Operacionais*

Em 2025, a Companhia alcançou receita líquida de R\$ 329,2 milhões, representando um avanço de 11,4% em relação a 2024. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pela ampliação do volume de operações no



mercado de capitais, pelo fortalecimento de nossa posição em segmentos estratégicos e pela maior demanda por serviços associados a ativos estruturados.

As despesas operacionais, excluindo os investimentos no Programa de Incentivos de Longo Prazo (ILP), apresentaram crescimento de 3,2%, refletindo a diligência na administração dos custos, sem descuidar dos investimentos em pessoal, tecnologia e processos para sustentar o aumento da escala operacional e atender às exigências regulatórias.

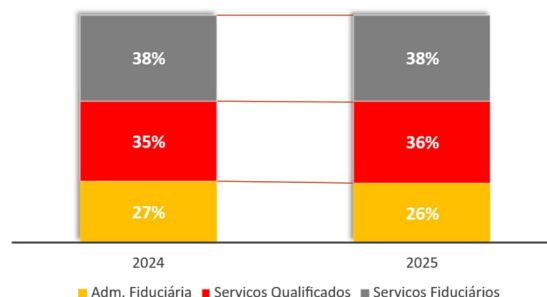
O Programa de Incentivos de Longo Prazo (ILP), instrumento relevante na atração e retenção de talentos, totalizou R\$ 18,9 milhões em 2025. Essa variação reflete a evolução dos resultados da Companhia e a consequente atualização das provisões previstas nas regras do plano, além da realização de novas outorgas ao longo do exercício.

Como resultado, o EBITDA atingiu R\$ 135,1 milhões, crescimento de 7,4% em relação a 2024, enquanto o Lucro Líquido cresceu 28%, alcançando R\$ 132,1 milhões no exercício de 2025.

Desempenho Financeiro por Segmento de Negócio

A composição da receita líquida por segmento permaneceu balanceada, mesmo com maior ritmo de crescimento dos Serviços Qualificados e dos Serviços Fiduciários. A Administração Fiduciária manteve trajetória de crescimento, refletindo a continuidade da demanda por serviços essenciais à estruturação e à governança das operações. A evolução simultânea dos três segmentos evidencia a diversificação das fontes de receita e a integração das soluções oferecidas pela Oliveira Trust.

Participação dos Segmentos sobre a Receita Líquida



Receita Líquida por Segmento (R\$ mil)	2025	2024	Variação 2025/2024
Administração Fiduciária	85.309	79.919	6,7%
Serviços Qualificados	119.237	104.086	14,6%
Serviços Fiduciários	124.669	111.525	11,8%
Receita Líquida Total	329.215	295.530	11,4%

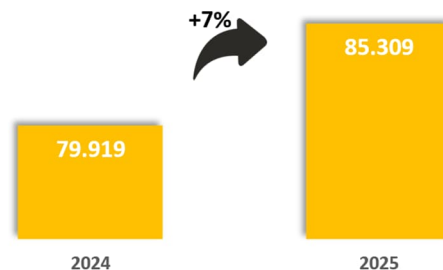
Administração Fiduciária

Em 2025, o mercado de capitais manteve-se especialmente favorável aos fundos estruturados, com destaque para os FIDCs, em um contexto de maior seletividade do crédito bancário e expansão do crédito privado. A consolidação dos instrumentos de securitização e a retomada das emissões de FILs e FIAGROs ampliaram as oportunidades para a administração de estruturas mais sofisticadas e diversificadas.



Esse ambiente foi potencializado pela ampliação de parcerias comerciais e pelo fortalecimento da confiança dos clientes na atuação da Companhia como prestadora de serviços fiduciários. A expansão da base de fundos foi acompanhada por investimentos em processos e automação, com aprimoramento da esteira de administração e maior integração entre as áreas operacionais, de tecnologia e de análise de riscos, elevando a qualidade dos controles, da governança e da gestão dos fluxos operacionais.

Receita Administração Fiduciária (R\$ Mil)



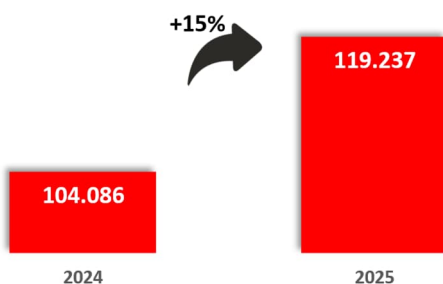
No campo tecnológico, além do OCTO+¹, destacaram-se a evolução do Portal OT, como ambiente central de relacionamento e troca de informações com gestores e investidores, bem como o avanço da plataforma OT para fundos líquidos, ampliando a eficiência dos processos.

Essa estratégia ampliou a presença da Companhia em diferentes tipos de fundos e estruturas, refletindo-se na manutenção do volume de Ativos sob Administração (AUA) em R\$ 155 bilhões, em linha com o exercício anterior, e no fortalecimento da base de clientes e mandatos.

Como resultado consolidado, a receita líquida de Administração Fiduciária totalizou R\$ 85,3 milhões em 2025, crescimento de 6,7% em relação a 2024, evidenciando a consistência do modelo de negócios e a relevância da Companhia na administração de estruturas fiduciárias no mercado de capitais brasileiro.

Serviços Qualificados

Receita Serviços Qualificados (R\$ Mil)



Em 2025, o mercado de capitais manteve o ritmo de emissões de forma elevada, principalmente de fundos estruturados e operações mais sofisticadas, o que ampliou a demanda por serviços especializados de custódia, escrituração de ativos e verificação de lastros.

Nesse contexto, o segmento de Serviços Qualificados apresentou crescimento expressivo, com os Ativos sob Custódia (AUC) alcançando R\$ 186 bilhões (+12%) e o volume financeiro sob Escrituração atingindo R\$ 622 bilhões

(+37%), refletindo a ampliação da base de operações e a maior diversidade de instrumentos atendidos.

Ao longo do exercício, processos e as plataformas evoluíram, com avanços na automação da escrituração, maior velocidade operacional e integração entre sistemas, incluindo as esteiras de Notas Comerciais ao Portal OT e à OCTO+, contribuindo para maior eficiência e mitigação de riscos.

No campo das parcerias, destacou-se a ampliação da atuação conjunta com originadores relevantes, reforçando o posicionamento da Companhia como infraestrutura integrada para o mercado de capitais, ao combinar serviços fiduciários, administração e backoffice em uma proposta de *one-stop shop* para gestores, emissores e investidores.

¹ Tecnologia proprietária aplicada ao processamento e à governança de recebíveis e direitos creditórios.

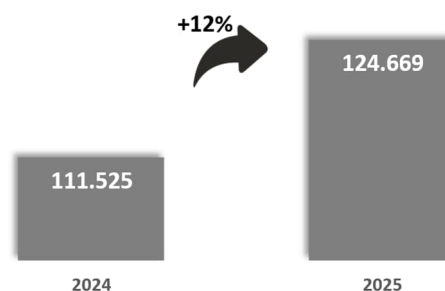


Como reflexo desse movimento, a receita líquida de Serviços Qualificados totalizou R\$ 119,2 milhões em 2025, crescimento de 14,6% em relação a 2024, evidenciando a relevância do segmento na composição dos resultados da Companhia.

Serviços Fiduciários

O mercado de capitais consolidou-se como alternativa relevante ao crédito bancário tradicional em razão do avanço da dívida corporativa e do maior protagonismo dos emissores privados, especialmente em setores como infraestrutura. Esse movimento impulsionou a utilização de instrumentos como debêntures, notas comerciais e estruturas de securitização, além de operações de repactuação de dívidas, em um ambiente de maior seletividade do crédito bancário.

Receita Serviços Fiduciários (R\$ Mil)



Nesse contexto, a Oliveira Trust manteve posição de destaque como agente fiduciário, com *market share* de 33%² sobre as novas operações realizadas em 2025, considerando principalmente debêntures, CRAs, CRIs e Notas Comerciais, ratificando sua relevância estrutural nesses segmentos do mercado de capitais. O exercício foi marcado por volumes relevantes, com destaque para o quarto trimestre, e por maior complexidade das estruturas acompanhadas.

No segmento, conforme dados da ANBIMA, os CRIs recuaram em 2025 diante de maior seletividade dos investidores, enquanto os CRAs cresceram, impulsionados pela demanda do agronegócio. Nesse cenário, a Companhia avançou na retomada de participação nessas estruturas por meio do fortalecimento do relacionamento com originadores.

No âmbito regulatório, a consolidação da Resolução CVM 88 ampliou o papel do agente fiduciário na proteção dos investidores. A Companhia aplicou seu know-how técnico e jurídico na implementação da norma, apoiando emissores e distribuidores na adequação das ofertas e contribuindo para a ampliação do acesso ao mercado de capitais.

Como resultado, a receita líquida de Serviços Fiduciários alcançou R\$ 124,7 milhões em 2025, crescimento de 11,8% frente a 2024, apoiada por uma atuação operacional de atendimento próximo e especializado, sobretudo no acompanhamento pós-emissão e nas assembleias, que segue como diferencial da Companhia.

Pessoas

Na Oliveira Trust, acreditamos que um time engajado e bem preparado é fundamental para a excelência operacional. Por isso, mantivemos os investimentos no desenvolvimento e no bem-estar dos colaboradores, criando um ambiente que estimula o crescimento profissional e pessoal.

A Companhia adota uma política de equidade de gênero pautada pelos princípios da igualdade de oportunidades, da não discriminação e do respeito à dignidade da pessoa humana, em conformidade com a legislação aplicável.

² A Oliveira Trust apura esses dados por meio de informações públicas dos agentes do mercado, bem como dados da B3 e ANBIMA.



Relatório da Administração 2025

Essa política tem como objetivos promover condições equitativas de acesso, permanência e desenvolvimento profissional, estimular a diversidade na composição do quadro funcional e dos órgãos de administração, e assegurar critérios objetivos e transparentes nos processos de recrutamento, promoção, avaliação de desempenho e remuneração. Sua implementação ocorre por meio de práticas internas de gestão de pessoas baseadas em critérios técnicos e meritocráticos, sendo periodicamente monitorada pela Administração.

Em 2025, a gestão de pessoas seguiu orientada pela valorização e retenção de talentos. O Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP) foi mantido como instrumento de alinhamento entre os objetivos individuais e os da Companhia, contribuindo para a continuidade das equipes e para a preservação do conhecimento técnico acumulado.

Esse direcionamento foi complementado pelo fortalecimento do Programa de Bem-Estar, que ampliou sua adesão ao longo do exercício e incorporou novos incentivos voltados à saúde física e mental, promovendo um ambiente de trabalho mais equilibrado e sustentável.

Como reflexo da expansão dos negócios, a Oliveira Trust encerrou 2025 com 378 colaboradores, crescimento de 8% em relação ao ano anterior, e investiu mais de 3.560 horas em treinamentos ao longo do ano, reforçando sua estratégia de capacitação contínua e preparação das equipes para um mercado cada vez mais sofisticado.

Em atendimento ao § 6º do artigo 133 da Lei nº 6.404/1976 (incluído pela Lei nº 15.177, de 2025), estão divulgadas a seguir as informações da Companhia e suas controladas, quanto a quantidade e a proporção de colaboradores por gênero, por nível hierárquico, a composição da administração por gênero e o demonstrativo de remuneração fixa, em formato agregado e sem identificação individual, em conformidade com a legislação de proteção de dados pessoais.

Quadro de Colaboradores por Gênero

	2024		2025	
Nível Hierárquico	Mulheres (Quantidade %)	Homens (Quantidade %)	Mulheres (Quantidade %)	Homens (Quantidade %)
Liderança	10 27%	32 73%	10 24%	32 76%
Não Liderança	114 36%	220 64%	116 35%	220 65%

Cargos de Administração por Gênero

	2024		2025	
Nível Hierárquico	Mulheres (Quantidade %)	Homens (Quantidade %)	Mulheres (Quantidade %)	Homens (Quantidade %)
Diretoria	-	5 100%	-	5 100%
Conselho de Administração	1 20%	4 80%	1 20%	4 80%

Proporção da Remuneração Mensal por Gênero (Mulher/Homem)

	2024	2025
Colaboradores Funções Similares	Proporção da Remuneração (M/H)	Proporção da Remuneração (M/H)
Liderança - Nível 1	0,95	0,94
Liderança - Nível 2	1,19	1,20
Não-Liderança	0,80	0,85



Tecnologia

Em 2025, a tecnologia permaneceu como pilar da estratégia da Oliveira Trust, sustentando o crescimento das operações, a adaptação regulatória e o aumento da escala do negócio em um contexto de maior volume e complexidade das estruturas atendidas.

Ao longo do exercício, foi concluída a migração da infraestrutura para ambiente 100% cloud, consolidando uma arquitetura baseada em resiliência, alta disponibilidade e escalabilidade, com ganhos de flexibilidade operacional e reforço dos controles de segurança.

A plataforma OCTO+ consolidou-se como núcleo tecnológico da operação, superando R\$ 1 trilhão em recebíveis processados desde seu lançamento. Em linha com a Resolução CVM 175, passou a operar o registro de direitos creditórios em fluxo pré-cessão, ampliando a automação, a rastreabilidade e a aderência regulatória.

A Esteira Digital de Notas Comerciais redefiniu o processo de emissão ao integrar, em fluxo único, o OCTO, a B3 e a BEE4, eliminando etapas manuais e reduzindo prazos de semanas para minutos. A padronização e a automação do ciclo operacional ampliaram a agilidade, a rastreabilidade e a escalabilidade das emissões, fortalecendo a eficiência da Companhia em um mercado de dívida cada vez mais dinâmico.

A Inteligência Artificial está integrada de forma nativa em diversas aplicações da Companhia, convertendo grandes volumes de dados em vantagem competitiva. Além da tradicional automação, nossas soluções de IA eliminam fluxos manuais repetitivos, apoiam a tomada de decisão e esclarecem dúvidas dos times sobre manuais, leis e procedimentos operacionais, aumentando a precisão operacional e agilidade da Oliveira Trust com foco em resultados de alto valor.

A atuação integrada entre tecnologia e áreas de negócio foi fortalecida, com evolução da metodologia de trabalho e maior sinergia no desenvolvimento de soluções voltadas às demandas regulatórias e operacionais, permitindo atender ao crescimento do mercado com estabilidade e continuidade dos sistemas.

ASG – Ambiental, Social e Governança

Na Oliveira Trust, a ética, a transparência e a responsabilidade socioambiental são pilares que sustentam nossas operações e direcionam nossas decisões. Promovemos uma cultura de integridade que reforça nosso compromisso com práticas sustentáveis e socialmente responsáveis, garantindo que nossas atividades gerem impacto positivo para colaboradores, clientes e a sociedade.

Nosso compromisso com os direitos humanos e condições dignas de trabalho segue os princípios estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Defendemos a igualdade de oportunidades, a segurança e o bem-estar dos nossos colaboradores, combatendo qualquer forma de discriminação, trabalho infantil ou análogo à escravidão.

Buscamos minimizar desperdícios, adotar práticas de consumo energético eficiente e preservar recursos naturais, alinhando nossas operações às melhores práticas ambientais do mercado.

Além disso, somos signatários do Pacto Global da ONU, reforçando nosso compromisso com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e contribuindo ativamente para a construção de um futuro mais justo e sustentável até 2030.



Ambiental

Desde 2019, a Oliveira Trust adota medidas para compensar integralmente as emissões de gases de efeito estufa geradas por suas operações. Em parceria com a ONG Iniciativa Verde, a Companhia investe em projetos de reflorestamento nas regiões da Serra da Mantiqueira, Itirapina e Delfim Moreira, fortalecendo sua atuação ambiental de longo prazo. Nesse período, foram plantadas 3.406 árvores, das quais 2.500 são destinadas à neutralização de emissões, correspondentes a 587 toneladas de CO₂, e outras 900 integram a iniciativa Amigos da Floresta, ampliando o impacto positivo além das obrigações formais de compensação.

Em 2025, a Oliveira Trust recebeu a Certificação de Carbono Neutro, referente às emissões do inventário de 2024. Todas as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) foram medidas e compensadas de acordo com os critérios do GHG Protocol, abrangendo os escopos 1 (emissões diretas), 2 (consumo de energia) e 3 (emissões indiretas da cadeia de valor). Ao todo, foram compensadas 389 toneladas de CO₂e, através da aquisição de créditos de carbono, oriundos do projeto CGR Guataparã Landfill, aprovado pela UN Climate Change. O projeto captura o gás metano de aterros sanitários e o converte em energia elétrica renovável integrada ao Sistema Interligado Nacional.

Além da neutralização de emissões, a Companhia mantém um programa estruturado de coleta seletiva em seus escritórios. Em 2025, 588 kg de resíduos recicláveis foram corretamente destinados, contribuindo para a economia circular e para a redução do impacto ambiental das operações.

Social

A Oliveira Trust mantém atuação estruturada em projetos sociais nas áreas de educação, saúde e esporte, com foco na aplicação eficiente de recursos e na geração de impacto positivo. A Companhia trabalha em parceria com consultorias especializadas e equipes internas para assegurar a adequada seleção e acompanhamento das iniciativas apoiadas.

Por meio das leis de incentivo fiscal municipais e federais, foram destinados R\$ 2,21 milhões a projetos sociais ao final de 2025. As iniciativas serão executadas ao longo de 2026, ampliando o alcance das ações e reforçando o compromisso da Companhia com a responsabilidade social.

Incentivo/Projeto	Valor (R\$)
Infância e Adolescência	R\$ 235.960
<i>Pequeno Príncipe</i>	R\$ 235.960
Incentivo à Cultura	R\$ 1.502.194
<i>Mulheres Artesãs</i>	R\$ 150.000
<i>Luta pela Paz</i>	R\$ 100.000
<i>Ser Cidadão</i>	R\$ 108.394
<i>Reforço do Futuro</i>	R\$ 340.000
<i>Fernanda Bianchini</i>	R\$ 123.800
<i>Petite Danse</i>	R\$ 300.000
<i>Fundação Darcy Vargas</i>	R\$ 100.000
<i>EMC</i>	R\$ 140.000
<i>Doutores da Alegria</i>	R\$ 140.000
Incentivo ao Esporte	R\$ 471.900
<i>Pedro Boesel</i>	R\$ 250.000
<i>Craques do Amanhã</i>	R\$ 221.900
TOTAL	R\$ 2.210.054

Governança Corporativa

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de janeiro de 2026 foi aprovada a submissão do pedido voluntário de cancelamento do registro de Companhia Aberta da Oliveira Trust, protocolado na CVM em 26 de janeiro de 2026. A efetivação desta decisão está condicionada à aprovação da Autarquia.

A Oliveira Trust reconhece que a adoção de boas práticas de governança corporativa não apenas agrega valor, mas também fortalece sua solidez e garante a sua perpetuidade. Assim, a companhia tem processos de



governança alinhados às melhores práticas do setor financeiro, seguindo rigorosamente as normas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

Internamente, a organização mantém políticas e mecanismos de gestão em constante evolução, garantindo excelência operacional e crescimento sustentável. A área de Compliance, atuando de forma independente e subordinada à Diretoria Executiva, desempenha um papel central nesse processo, assegurando o cumprimento das diretrizes regulatórias e internas com acompanhamento do Conselho de Administração.

Reforçando seu compromisso com a ética e a transparência, a Oliveira Trust é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos que reúne empresas comprometidas com a promoção de um mercado mais íntegro e justo.



Como parte dessa estrutura de governança, a Oliveira Trust disponibiliza um Canal de Denúncias, acessível pelo site <https://www.oliveiratrust.com.br/canal-de-denuncia/>. O canal está disponível para colaboradores, fornecedores, clientes e demais stakeholders, permitindo o relato seguro e anônimo de condutas inadequadas, como corrupção, fraudes, lavagem de dinheiro, discriminação e violações éticas.

Com essas iniciativas, a Oliveira Trust reafirma seu compromisso com a transparência, a conformidade regulatória e a integridade no mercado de capitais, consolidando-se como referência em governança e responsabilidade corporativa.



Declaração da Administração

A Administração declara que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como, discutiu, reviu e concorda com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, o Grupo Oliveira Trust informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não contratou os auditores independentes para prestação de outros serviços que não fossem os serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras ou dos fundos administrados pelas empresas integrantes de seu grupo econômico.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

As informações financeiras aqui apresentadas decorrem das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 19 de dezembro de 2025, a contratação da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC) para a auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2026, em substituição à BDO RCS Auditores Independentes SS, responsável pela auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A mudança da auditoria decorre exclusivamente da regra de rotatividade obrigatória prevista no artigo 31 da Resolução CVM nº 23.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança em nós depositada, e a cada um dos nossos colaboradores que constroem diariamente a nossa história vitoriosa ao longo desses mais de 34 anos.

A Administração

Rio de Janeiro, 03 de março 2026

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Oliveira Trust S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Oliveira Trust S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Oliveira Trust S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas de prestação de serviços

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, as receitas de prestação de serviço da Companhia são compostas substancialmente por serviços de administração de fundos de investimento, serviços qualificados e serviços fiduciários.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares.

O reconhecimento da receita requer controles da Administração para determinação do registro no momento em que os serviços são prestados.

Considerando a relevância dessas receitas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essa área foi foco em nossa auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Entendimento do ambiente de controles internos referente aos processos de reconhecimento de receitas;
- Efetuamos, também, o confronto das informações analíticas contidas nos sistemas operacionais com a receita reconhecida no sistema contábil;
- Em base amostral, inspeção da documentação suporte das receitas registradas,
- Recálculo de determinadas transações de receitas registradas; e
- Avaliação das políticas contábeis divulgadas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento de receitas da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas, do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2026.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		4.666	19.582	343.300	419.231
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.000	5.150	78.478	175.976
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	221.966	206.176
Contas a receber	7	-	-	16.293	12.857
Dividendos a receber	9	1.322	14.291	-	-
Outros créditos	8	344	141	26.563	24.222
 Não circulante		 106.246	 81.121	 52.154	 47.454
Ativos financeiros	6	-	-	13.266	11.334
Créditos tributários diferidos	24	-	-	20.756	17.400
Investimento em controladas	9	106.246	81.121	-	-
Outros créditos	8	-	-	1.833	1.437
Outros investimentos		-	-	6	6
Direitos de uso	10	-	-	4.816	7.453
Imobilizado	11	-	-	3.927	4.910
Intangível	12	-	-	7.550	4.914
 Total do ativo		 110.912	 100.703	 395.454	 466.685
Passivo e patrimônio líquido					
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		24.499	146	296.883	352.377
Depósitos	6	-	-	105.774	206.021
Dividendos a pagar	16	24.400	-	24.400	-
Obrigações fiscais e previdenciárias	14	59	118	77.833	64.937
Obrigações trabalhistas	15	-	-	42.435	34.868
Arrendamentos a pagar	17	-	-	3.355	2.744
Receitas antecipadas	18	-	-	34.145	31.794
Outras contas a pagar	19	40	28	8.941	12.013
 Não circulante		 -	 -	 12.158	 13.751
Obrigações fiscais e previdenciárias	14	-	-	956	533
Obrigações trabalhistas	15	-	-	5.295	4.291
Arrendamentos a pagar	17	-	-	3.617	6.920
Receitas antecipadas	18	-	-	512	570
Outras contas a pagar	19	-	-	1.778	1.437
 Patrimônio líquido	20	 86.413	 100.557	 86.413	 100.557
Capital social		50.997	41.199	50.997	41.199
Reservas de lucros		33.983	58.558	33.983	58.558
Ajuste de avaliação patrimonial		1.433	800	1.433	800
 Total do passivo e patrimônio líquido		 110.912	 100.703	 395.454	 466.685

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida da prestação de serviços	21	-	-	329.215	295.530
Receitas/(despesas) operacionais		131.485	103.113	(198.137)	(173.908)
Despesas de pessoal		(3.867)	(3.686)	(142.165)	(117.745)
Despesas administrativas	22	(660)	(784)	(56.703)	(53.674)
Provisão para perdas ao valor recuperável(reversão)	7 e 8	-	-	1.403	(746)
Perda de créditos não recuperados		-	-	(2.485)	(3.333)
Resultado de equivalência patrimonial	9	136.012	107.583	-	-
Outras receitas operacionais		-	-	1.813	1.590
Lucro operacional, antes do resultado financeiro		131.485	103.113	131.078	121.622
Resultado financeiro	23	598	445	73.000	40.652
Receitas financeiras		630	467	74.409	42.406
Despesas financeiras		(32)	(22)	(1.409)	(1.754)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		132.083	103.558	204.078	162.274
Imposto de Renda e Contribuição Social	24	-	-	(71.995)	(58.716)
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente		-	-	(75.351)	(64.025)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido		-	-	3.356	5.309
Lucro líquido do exercício		132.083	103.558	132.083	103.558
Básico e diluído					
Ordinárias		0,387169	0,303556	0,387169	0,303556
Preferenciais		0,387169	0,303556	0,387169	0,303556

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	132.083	103.558	132.083	103.558
Outros Resultados Abrangentes				
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.055	(367)	1.055	(367)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	(422)	147	(422)	147
Outros resultados abrangentes, líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social	633	(220)	633	(220)
Resultado abrangente total	132.716	103.338	132.716	103.338
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	132.716	103.338	132.716	103.338
Resultado abrangente total	132.716	103.338	132.716	103.338
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				

OLIVEIRA TRUST S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Integralizado	Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	30.999	6.200	50.917	1.020	-	89.136
Aumento de Capital Social(20.b)	10.200	(6.200)	(4.000)	-	-	-
Dividendos complementares distribuídos (20.b)	-	-	(46.917)	-	-	(46.917)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	103.558	103.558
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(220)	-	(220)
Apropriação para reservas	-	5.178	98.380	-	(103.558)	-
Dividendos intermediários (20.b)	-	-	(45.000)	-	-	(45.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	41.199	5.178	53.380	800	-	100.557
Aumento de Capital Social(20.b)	9.798	(5.178)	(4.620)	-	-	-
Dividendos complementares distribuídos (20.b)	-	-	(48.760)	-	-	(48.760)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	132.083	132.083
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	633	-	633
Apropriação para reservas	-	6.604	125.479	-	(132.083)	-
Dividendos intermediários (20.b)	-	-	(98.100)	-	-	(98.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	50.997	6.604	27.379	1.433	-	86.413

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	132.083	103.558	204.078	162.274
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	4.055	4.239
Provisão para perdas ao valor recuperável e perdas efetivas	-	-	1.082	4.079
Juros sobre contratos de arrendamento	-	-	1.167	1.386
Resultado de equivalência patrimonial	(136.012)	(107.583)	-	-
Outros	-	-	336	1.065
Lucro(prejuízo) ajustado	(3.929)	(4.025)	210.718	173.043
(Aumento)/redução em contas do ativo				
Ativos financeiros	-	-	(16.667)	(128.423)
Outros créditos e contas a receber	(203)	161	(7.483)	(7.552)
	(203)	161	(24.150)	(135.975)
Aumento/(redução) em contas do passivo				
Depósitos	-	-	(100.247)	130.261
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(66.051)	(52.054)
Obrigações fiscais e previdenciárias	(59)	6	3.597	1.098
Receitas antecipadas	-	-	2.293	8.845
Outras contas a pagar	12	5	5.733	20.587
	(47)	11	(154.675)	108.737
Fluxo de caixa (utilizado nas)gerado pelas atividades operacionais	(4.179)	(3.853)	31.893	145.805
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(2.980)	(4.081)
Aquisição de investimentos	(10)	(60)	-	-
Dividendos recebidos	124.499	96.870	-	-
Caixa líquido gerado pelas(utilizado nas) atividades de investimento	124.489	96.810	(2.980)	(4.081)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de arrendamentos	-	-	(3.951)	(4.029)
Dividendos pagos	(122.460)	(91.917)	(122.460)	(91.917)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(122.460)	(91.917)	(126.411)	(95.946)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.150)	1.040	(97.498)	45.778
Caixa e equivalentes de caixa - início	5.150	4.110	175.976	130.198
Caixa e equivalentes de caixa - final	3.000	5.150	78.478	175.976
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.150)	1.040	(97.498)	45.778

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	-	-	365.562	324.537
Prestação de serviço	-	-	365.173	329.189
Outras receitas	-	-	2.192	2.561
Provisão para perdas ao valor recuperável e perdas de créditos	-	-	(1.082)	(4.079)
Descontos concedidos e outras perdas operacionais	-	-	(721)	(3.134)
Insumos de terceiros	(659)	(783)	(52.411)	(49.915)
Processamento de dados	(156)	(220)	(34.700)	(25.172)
Serviços técnicos	(197)	(232)	(5.742)	(4.482)
Taxas e multas regulatórias	(24)	(23)	(229)	(8.529)
Serviços de terceiros	-	-	(3.184)	(3.007)
Outras	(282)	(308)	(8.556)	(8.725)
Valor adicionado, bruto	(659)	(783)	313.151	274.622
Depreciação e amortização	-	-	(4.055)	(4.239)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(659)	(783)	309.096	270.383
Valor adicionado recebido em transferência - resultado de equivalência patrimonial	136.012	107.583	-	-
Valor adicional recebido em transferência - Receita financeira	630	467	74.409	42.406
Valor adicionado total a distribuir	135.983	107.267	383.505	312.789
Distribuição do valor adicionado	(135.983)	(107.267)	(383.505)	(312.789)
Pessoal	(3.224)	(3.073)	(123.398)	(103.313)
Remuneração direta	(3.218)	(3.070)	(101.554)	(84.079)
Benefícios	(6)	(3)	(17.911)	(15.818)
Fundo de garantia por tempo de serviço	-	-	(3.933)	(3.416)
Impostos, taxas e contribuições	(644)	(614)	(126.615)	(104.164)
Federais	(644)	(614)	(110.185)	(89.490)
Municipais	-	-	(16.430)	(14.674)
Remuneração de capitais de terceiros	(32)	(22)	(1.409)	(1.754)
Juros	(32)	(22)	(1.409)	(1.754)
Remuneração de capitais próprios	(132.083)	(103.558)	(132.083)	(103.558)
Dividendos	(98.100)	(45.000)	(98.100)	(45.000)
Reservas de lucros	(33.983)	(58.558)	(33.983)	(58.558)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Informações gerais

A Oliveira Trust S.A., (“OT S.A.”, “Controladora” ou “Companhia”), com sede na Avenida das Américas no 3434, Bloco no 7, Sala no 202, Barra da Tijuca, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 22640-102, é uma sociedade anônima, brasileira, que tem como objetivo participar em outras sociedades. Desde 2021 está registrada como companhia aberta categoria “A” junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

O órgão máximo de decisão é o Conselho de Administração, que autorizou a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 03 de março de 2026.

2. Relação de entidades consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as entidades controladas Oliveira Trust Servicer S.A. (“OT Servicer”), Holding Trust S.A. (“Holding Trust”), MCFL Participações S.A. (“MCFL”) e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“OT DTVM”), que formam o Grupo Oliveira Trust (“Grupo OT”), sendo a participação da Controladora em cada uma das controladas como segue:

	Ramo de atividade	Controle	Participação no capital (%)	
			31/12/2025	31/12/2024
			%	%
Empresas controladas				
Oliveira Trust Servicer S.A.	Prestação de serviços	Direto	100	100
Holding Trust S.A.	Holding	Direto	100	100
MCFL Participações S.A.	Holding	Direto	100	100
Oliveira Trust DTVM S.A.	Distribuidora de TVM	Indireto	100	100

As entidades controladas da OT S.A. têm as seguintes atividades operacionais:

(i) Oliveira Trust Servicer S.A.

Tem como objetivo a prestação de serviços de consultoria e assessoria na elaboração de estudos de viabilidade e no planejamento e estruturação de operações financeiras, bem como consultoria na intermediação, na fiscalização e no controle de ativos; prestação de serviços de controle e expedição de cobrança simples de ativos de terceiros; assessoria a credores e/ou devedores, em reestruturação de dívidas; assessoria a empresas e instituições financeiras na emissão pública de valores mobiliários; representação de credores em operações estruturadas (“Trustee”); a prestação de serviços de administração e/ou gestão de bens de terceiros, fundos de investimento e a administração de carteira de valores mobiliários; e a controladoria de ativos e passivos para fundos de investimento.

(ii) Holding Trust S.A.

Tem como objetivo participar em outras companhias, que sejam veículos (“Sociedades de Propósito Específico”), sem obter controle ou poderes sobre estes, tendo em vista que tais veículos são criados para abrigar bens e/ou direitos de credores e viabilizar a prestação de serviços de “trustee” e outros.

Tais serviços são remunerados de acordo com as práticas de mercado, sendo todos os direitos e obrigações, assim como os riscos e retornos, substancialmente repassados aos credores dos referidos veículos.

Em 31 de dezembro de 2025 a entidade não detinha participação em qualquer Sociedade de Propósito Específico.

(iii) MCFL Participações S.A.

Tem como objetivo participar exclusivamente no capital social da Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., da qual detém 100% do capital social.

(iv) Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Tem por objetivo administrar carteiras e custodiar títulos e valores mobiliários, exercer funções de agente fiduciário, instituir, organizar e administrar fundos de investimentos, atuar com conta de pagamento, além das demais atividades descritas em seu estatuto social, conforme observado nas disposições legais e regulamentares emanadas principalmente da CVM e do BACEN.

3. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as normas internacionais de relatórios financeiros Internacional Financial Reporting Standards (IFRS Accounting Standards), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi considerado o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas seguintes Notas Explicativas:

- Notas Explicativas nºs 4 (d) e 6: mensuração do valor justo dos ativos financeiros (títulos e valores mobiliários);
- Notas Explicativas nºs 4 (e) e 7: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber;
- Nota Explicativa nº 4 (j) (ii): mensuração da provisão para benefício de longo prazo;
- Nota Explicativa nº 31: mensuração da provisão para demandas judiciais.

4. Políticas contábeis materiais

Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sumarizadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

(a) Consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram considerados os requisitos definidos no CPC 36 (R3), adotando-se as seguintes principais políticas:

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a OT S.A. detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a entidade e tem capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas, a partir da data em que o controle é transferido à Companhia e interrompido quando esta deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas estão alinhadas às políticas adotadas pela Controladora.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora os resultados das controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras.

Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da OT S.A. no capital social da controlada. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional e de apresentação. As demonstrações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e não vinculados a outras transações, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor para atender aos compromissos de curto prazo.

(d) Ativos e passivos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou por meio do resultado (VJR));
- Mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem:

- Títulos e valores mobiliários não enquadrados nas demais categorias.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:

- Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais apropriada.

A classificação e mensuração subsequente da gestão dos ativos financeiros dependem do modelo de negócio da entidade e das características dos termos contratuais dos fluxos de caixa (teste de pagamento exclusivo de principal e juros – Teste de SPPI).

O modelo de negócios representa a forma de gestão dos ativos financeiros e são administrados para gerar fluxos de caixa, independente das intenções da administração em relação a um instrumento individual. Sendo que sua avaliação considera os riscos que afetam o desempenho dos negócios, assim como a forma de avaliação e reporte à Administração.

Os ativos financeiros podem ser administrados com a finalidade de coleta de fluxos de caixa contratuais; ou coleta de fluxos contratuais e venda de ativos; ou outros definidos pelo modelo de negócios da Companhia, observados os riscos que podem afetar seu desempenho.

A Companhia classifica como custo amortizado as aplicações interfinanceiras de liquidez, os títulos e valores mobiliários de curtíssimo prazo, relativos as operações que fazem face a obrigações financeiras regulares de curtíssimo prazo e os demais ativos e passivos financeiros.

(ii) Reconhecimento e desreconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(iii) Estimativa do valor justo

A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro possui diferentes níveis de hierarquia, de acordo com o método de avaliação. São eles:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2;
- Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

(iv) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia dispõe de ativos financeiros classificados como custo amortizado, a valor justo por meio de resultado e por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6.

(e) Contas a receber e mensuração das perdas de crédito esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, baseadas em contratos que estabelecem claramente os valores a serem faturados por natureza de serviço prestado.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo de origemação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzido por provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos, de acordo com o contrato, e aqueles que a Companhia espera receber ao longo da vida do contrato).

Esta metodologia consiste em atribuir aos títulos que compõem as contas a receber um parâmetro de classificação, determinado pelos dias em atraso do título vencido e do título a vencer, o qual, em conjunto com a análise individual, define o percentual do valor contábil que será provisionado. Para contas a receber de um mesmo devedor a provisão é mensurada sobre todo o fluxo de caixa esperado desse devedor, levando em consideração a classificação que representa o maior risco.

Em cada data de balanço, a Administração avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrer um atraso superior a 90 (noventa) dias da data de pagamento do principal ou outros eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos créditos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Administração não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, entretanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos visando a recuperação dos valores devidos.

(f) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

(g) Ativo intangível – Custo de desenvolvimento

O ativo intangível resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento) de um projeto interno controlado pela Companhia, é reconhecido se, e somente se, é esperado que irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros, bem como atende as seguintes condições:

- Há habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento;
- Há disponibilidade dos recursos necessários para completar o desenvolvimento do ativo intangível;
- Há viabilidade técnica e intenção de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há habilidade de usar ou vender o ativo intangível.

Uma vez concluído o projeto, tais gastos são amortizados pelo prazo esperado que gere benefícios econômicos, e testados periodicamente para impairment.

(h) Tributos

As receitas de serviços do Grupo OT estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	ISS	2,00% e 5,00%

No caso da OT DTVM a alíquota da COFINS aplicável é de 4% sobre suas receitas, assim como esta alíquota é também aplicada sobre as receitas financeiras da OT S.A.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados, individualmente por cada entidade, em duas opções, conforme a seguir:

Na opção pelo regime fiscal de “lucro presumido”

A base de cálculo dos tributos é calculada sobre 32% da Receita Bruta de prestação de serviços, adicionada das demais receitas tributáveis, sendo estes apurados e pagos trimestralmente, com base nas alíquotas de 15% e 9% respectivamente, com adicional de 10% para o Imposto de Renda, após redução de R\$ 60 da base de cálculo.

Na opção pelo regime fiscal de “lucro real”

A base de cálculo é o lucro anual tributável sobre o qual é aplicada, para fins de imposto de renda, a alíquota de 15% e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240, incluindo os valores destinados à aplicação de incentivos. Para fins da contribuição social (CSLL), na OT DTVM foi aplicada a alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda, e na OT S.A a alíquota é de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Os créditos e obrigações tributários diferidos, decorrentes das diferenças temporárias, foram apurados e registrados, levando em consideração as alíquotas de Imposto de Renda e da Contribuição Social vigentes e as expectativas de realização de acordo com as operações que os produziram e reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, foram atendidos.

(i) Ativos e passivos contingentes, provisão para riscos e obrigações legais (tributárias e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos, provisão para riscos e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, conforme segue:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisão para riscos: é reconhecida nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos: são divulgados, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os montantes registrados são atualizados de acordo com a legislação vigente;
- Depósitos em garantia - obrigações legais: refere-se a obrigações fiscais correntes, transferidas a esta rubrica pelo valor presente da obrigação, por ocasião da realização do depósito judicial, que contesta a legalidade e constitucionalidade de determinados tributos e contribuições. Todos os depósitos realizados são atualizados de acordo com a legislação vigente.

(j) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O ativo é reconhecido dada a antecipação da obrigação, conforme legislação em vigor e o passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. As participações nos lucros a empregados são provisionadas em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de cumprimento de metas.

(ii) Benefícios de longo prazo

O passivo é reconhecido, em contrapartida a despesa de pessoal, pelo montante do pagamento esperado caso se tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função do serviço passado prestado pelo colaborador e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O passivo é remensurado, frequentemente, a valor justo de forma que o valor reconhecido cumpre com as condições do programa (ver Nota Explicativa nº 15 (iii)).

(k) Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias e preferenciais, as quais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital.

(l) Resultado por ação – básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da OT S.A., considerando a média ponderada da quantidade de ações no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido pela média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

(m) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares.

As receitas são reconhecidas mensalmente, considerando a efetiva prestação do serviço contratado, ao longo dos prazos contratuais.

Em geral o recebimento pela prestação de serviços ocorre em até 15 dias do mês subsequente ao da referida prestação. Para alguns serviços, pode haver o faturamento e recebimento antecipado do preço contratado, sendo tais recursos registrados como “Receitas antecipadas” e apropriados ao resultado, uma vez cumpridas as obrigações de desempenho pela Companhia.

(n) Segmentos operacionais

As informações por segmento são utilizadas pela Alta Administração da Companhia para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar decisões com relação à alocação de recursos. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, conforme demonstradas na Nota Explicativa nº 27.

(o) Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09.

As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, desta forma, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

(p) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações relevantes emitidas pelo IASB que iniciaram a vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, não impactaram estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As seguintes normas emitidas que ainda não estavam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, a Companhia está avaliando, até a data da sua aplicabilidade, os impactos decorrentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- CPC 51 / IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis. - Normas de Sustentabilidade (CBPS / IFRS S1 e S2).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades	-	-	2.494	591
Aplicações financeiras de liquidez:	2.984	5.145	75.956	175.340
Operações compromissadas - LTN (i)	-	-	57.992	138.910
Aplicação em Fundo Itaú Corp Federal Plus RF CP FICFI (ii)	2.984	5.145	17.964	36.430
Outros	16	5	28	45
Aplicações automáticas em CDB	16	5	28	45
Total	3.000	5.150	78.478	175.976

- (i) Estão representadas por operações compromissadas lastreadas por Letras do Tesouro Nacional com o resgate/revenda e vencimento no dia útil seguinte;
- (ii) O fundo CORP Federal Plus Renda Fixa Curto Prazo, Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento busca acompanhar o CDI por meio de uma carteira de curto prazo com alocação em operações compromissadas. Possuem alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Administração utiliza o valor da cota divulgado pelo administrador do fundo para avaliação deste investimento.

6. Títulos e valores mobiliários (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Operações compromissadas (a)	105.774	206.024
Títulos e valores mobiliários	116.192	152
Total circulante	221.966	206.176
Títulos e valores mobiliários	13.266	11.334
Total não circulante	13.266	11.334

Os títulos e valores mobiliários estão a seguir demonstrados:

(a) Operações compromissadas (Recursos vinculados a depósitos):

(i) Avaliados pelo custo amortizado:

Descrição	Nível de hierarquia	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Operações compromissadas(a)	Nível 2	105.774	206.024
Total		105.774	206.024

- (a) Referem-se aos saldos mantidos na OT DTVM em operações compromissadas com lastro em títulos públicos, decorrentes dos recursos mantidos em contas de pagamento pré-pagas, os quais estão classificados no passivo circulante na rubrica “depósitos” no valor de R\$ 105.774 (R\$ 206.021 em 2024) e que se constituem em patrimônio separado e que não se confundem com os da Companhia. Tais valores são, normalmente, liquidados financeiramente em até 10 dias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

(b) Títulos e Valores Mobiliários

(i) Avaliados pelo valor justo por meio de resultado:

Descrição	Nível de hierarquia	Consolidado			
		31/12/2025		31/12/2024	
		Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Fundo OT Soberano FI RF Referenciado DI LP (a)	Nível 2	143	143	152	152
Aplicação em Fundo Itaú Soberano RF Simples FIFCIC (a)	Nível 2	116.049	116.049	-	-
Total		116.192	116.192	152	152

(a) A carteira dos fundos é composta, substancialmente, por LFT e operações compromissadas, com lastro em títulos públicos. As cotas do fundo não têm prazo de carência para resgate.

(ii) Avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Corresponde a ações preferenciais Classe A, nominativas e sem valor nominal, representando 8,67% (7,66% em 2024) do capital social total da Liqi Digital Assets S.A. A Companhia optou por esta classificação com base em seu modelo de negócios, uma vez que o investimento foi realizado visando objetivos estratégicos de negócios da OT S.A.

Descrição	Nível de hierarquia	Consolidado			
		31/12/2025		31/12/2024	
		Valor justo	Custo aquisição	Valor justo	Custo aquisição
Ações de companhia fechada (a)	Nível 3	13.266	10.877	11.334	10.000
Total		13.266	10.877	11.334	10.000

(a) As ações são ajustadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes pela Administração em cada data do balanço, utilizando-se da metodologia de análise de múltiplos, tendo como base o: (1) Balanço patrimonial; (2) Demonstração de resultado; (3) Análise do plano de negócios; (4) Anexo II do Annual SaaS Report 2025; e (5) Receita bruta. O múltiplo utilizado foi o EV (Enterprise Value) dividido pelo REVENUE (Receita), resultando em 6,2x. Ao Enterprise Value foi somada a posição de caixa e subtraída a dívida em 30 de novembro de 2025 para se encontrar o Equity Value. Em dezembro de 2025 a Companhia aumentou a sua participação acionária na investida com a aquisição de ações junto a acionistas que se retiraram da mesma.

As informações sobre a exposição das aplicações financeiras do Grupo OT a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 25.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

7. Contas a receber (Consolidado)

Refere-se as contas a receber com expectativa de recebimento no curto prazo, líquido da provisão para perdas de crédito esperadas:

		Vencidos					(-) PECLD	Total
		Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias		
31/12/2025	A vencer							
Contas a receber de clientes - dias vencidos	11.210	1.931	753	484	971	7.001	(6.057)	16.293
		Vencidos					(-) PECLD	Total
		Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias		
31/12/2024	A vencer							
Contas a receber de clientes - dias vencidos	10.633	2.091	605	500	917	5.571	(7.460)	12.857

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

- (i) Movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas, associada ao contas a receber por serviços prestados

Em conformidade com a política descrita na Nota Explicativa nº 4 (e), a provisão é constituída com base em perdas esperadas de créditos a receber por serviços prestados, como também na análise de risco individual das contas a receber, sendo o seu montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas ao valor de recuperação de contas a receber de clientes.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	(7.460)	(6.714)
Constituição	(3.943)	(3.105)
Reversão	5.346	2.359
Saldos finais	(6.057)	(7.460)

- (ii) Perdas de créditos não recuperados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve baixa como perdas efetivas para os valores considerados incobráveis associada ao contas a receber por serviços prestados, no montante de R\$ 2.485 (R\$ 3.333 em 2024).

8. Outros créditos

- (i) Composição do saldo por natureza:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS, COFINS, IR E CSLL a compensar	125	87	23.333	20.483
Adiantamentos e antecipações salariais	-	-	-	4
Outras contas a receber	9	9	1.394	1.404
Despesas antecipadas (i)	41	43	1.497	1.194
Outros impostos a recuperar	169	2	339	1.137
Total circulante	344	141	26.563	24.222
Depósitos em garantia - obrigações legais (ii)	-	-	1.778	1.437
Outras contas a receber	-	-	55	-
Total não circulante	-	-	1.833	1.437

- (i) Referem-se, significativamente, a licenças, taxas e contribuições pré-pagas que são apropriadas de acordo com a sua utilização e competência;
- (ii) Depósitos em garantia - obrigações legais, realizados em face de mandados de segurança impetrados pela Companhia visando o afastamento da cobrança de certas contribuições federais, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 31 (b)(i) e (ii). Os valores das contribuições encontram-se integralmente provisionados na Rubrica "Outras contas a pagar", apresentada na Nota Explicativa nº 19.

OLIVEIRA TRUST S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

9. Investimentos em controladas (controladora)

(i) Informações contábeis das investidas:

Descrição	31/12/2025				31/12/2024			
	Servicer	Holding Trust	MCFL (*)	Total	Servicer	Holding Trust	MCFL (*)	Total
Ativo	31.758	27	105.020	136.805	44.512	64	79.858	124.434
Capital social	1.000	140	42.901	44.041	1.000	130	34.460	35.590
Reservas de lucros	200	-	-	200	200	-	4.042	4.242
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	1.433	1.433	-	-	800	800
Patrimônio líquido	1.200	27	105.019	106.246	1.200	64	79.857	81.121
Lucro líquido (prejuízo)	32.474	(47)	103.585	136.012	29.227	(44)	78.400	107.583
Dividendos distribuídos (**)	32.474	-	79.056	111.530	29.227	-	67.124	96.351

(*) Informações contábeis consolidadas com a controlada OT DTVM;

(**) Em 2025, inclui na MCFL dividendos complementares distribuídos, oriundos do lucro líquido auferido em 2024.

(ii) Movimentação da conta de dividendos a receber (controladora):

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	14.291	14.810
Dividendos declarados	111.530	96.351
Dividendos recebidos	(124.499)	(96.870)
Saldos finais	1.322	14.291

(iii) Movimentação dos investimentos (controladora):

	31/12/2025				31/12/2024			
	OT Servicer	Holding	MCFL	Total	OT Servicer	Holding	MCFL	Total
Saldos iniciais	1.200	64	79.857	81.121	1.200	48	68.801	70.049
Aumento de capital em espécie	-	10	-	10	-	60	-	60
Resultado de equivalência patrimonial	32.474	(47)	103.585	136.012	29.227	(44)	78.400	107.583
Dividendos distribuídos	(32.474)	-	(79.056)	(111.530)	(29.227)	-	(67.124)	(96.351)
Ajuste AVJ, líquido de efeito tributário	-	-	633	633	-	-	(220)	(220)
Saldos finais	1.200	27	105.019	106.246	1.200	64	79.857	81.121

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

10. Direitos de uso (consolidado)

Trata-se do valor contábil, referente a leasing operacional de equipamentos de informática e ao direito de uso dos imóveis, onde funcionam a sede e a filial da Companhia.

Os imóveis são de uso exclusivo do locatário, conforme estabelecido nos contratos de aluguel (classificados como contratos de arrendamento).

A movimentação dos direitos de uso está a seguir demonstrada:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	7.453	9.084
Contratos:		
Novos (i)	-	743
Atualizados (ii)	92	528
Depreciação	(2.729)	(2.902)
Saldos finais	<u>4.816</u>	<u>7.453</u>

(i) Em 2024, ocorreram aquisições de equipamentos de informática;

(ii) Refere-se à remensuração dos contratos para refletir os fluxos reais dos pagamentos de arrendamento, devido as atualizações de índices de reajustes de preço.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

11. Imobilizado (consolidado)

Composição		31/12/2025			31/12/2024		
Imobilizado em operação	Taxa de depreciação a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Instalações	10%	167	(159)	8	167	(143)	24
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.371	(960)	1.411	2.313	(759)	1.554
Sistema de comunicação	10%	248	(197)	51	248	(178)	70
Sistema de processamento de dados	20%	4.048	(2.725)	1.323	3.766	(2.225)	1.541
Sistema de segurança	20%	154	(73)	81	154	(51)	103
Outros	De 17% a 25%	2.713	(1.660)	1.053	2.713	(1.095)	1.618
Total		9.701	(5.774)	3.927	9.361	(4.451)	4.910

Movimentação	Instalações	Móveis e equipamentos de uso	Sistema de comunicação	Sistema de processamento de dados	Sistema de segurança	Outros (Benfeitorias em imóveis de terceiros)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	41	1.278	88	1.688	122	2.197	5.414
Aquisições	-	472	1	370	3	-	846
Baixas	-	(18)	-	(1)	-	-	(19)
Depreciação	(17)	(178)	(19)	(516)	(22)	(579)	(1.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	24	1.554	70	1.541	103	1.618	4.910
Aquisições	-	62	-	282	-	-	344
Baixas	-	(4)	-	-	-	-	(4)
Depreciação	(16)	(201)	(19)	(500)	(22)	(565)	(1.323)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	8	1.411	51	1.323	81	1.053	3.927

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

12. Intangível (consolidado)

Composição	Taxa de amortização a.a.	31/12/2025			31/12/2024		
		Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Imobilizado em operação							
Softwares e licenças de uso	20%	469	(469)	-	469	(466)	3
Gastos com desenvolvimento de projetos (i)	-	7.550	-	7.550	4.911	-	4.911
Total		8.019	(469)	7.550	5.380	(466)	4.914

- (i) Trata-se de gastos incorridos de projetos em curso com colaboradores exclusivamente dedicados ao desenvolvimento de software próprio para execução dos serviços de Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMFs), conforme estabelecidos na Resolução 304/2023 do BACEN e suas posteriores alterações.

Movimentação	Softwares e licenças de uso	Gastos com desenvolvimento de projetos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9	1.762	1.771
Aquisição	-	3.149	3.149
Amortização	(6)	-	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3	4.911	4.914
Aquisição	-	2.639	2.639
Amortização	(3)	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	7.550	7.550

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

13. Impairment

A Administração realiza, anualmente, análise com objetivo de verificar evidências que possam indicar uma redução no valor recuperável dos seus ativos não financeiros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados fatores que pudessem indicar uma redução no valor recuperável dos ativos.

14. Obrigações fiscais e previdenciárias

Referem-se a obrigações de impostos e contribuições a pagar:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL a pagar sobre o lucro tributável	-	-	67.359	58.059
Impostos s/ faturamento (ISS/PIS/COFINS)	2	2	3.826	3.253
Impostos e contribuições retidos s/ salários	56	114	4.028	3.514
Impostos a recolher sobre serviços de terceiros	1	2	2.620	111
Total circulante	<u>59</u>	<u>118</u>	<u>77.833</u>	<u>64.937</u>
Imposto de renda e Contribuição social diferidos (i)	-	-	956	533
Total não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>956</u>	<u>533</u>

- (i) Refere-se, substancialmente, ao imposto de renda e contribuição social diferidos dos títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

15. Obrigações trabalhistas (consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para férias e 13º salário	7.286	6.417
Bonificações a diretores (i)	1.985	1.834
Participações nos lucros (ii)	10.988	9.683
Incentivo de longo prazo-ILP (iii)	22.103	16.894
Outras obrigações	73	40
Total circulante	<u>42.435</u>	<u>34.868</u>
Incentivo de longo prazo - ILP (iii)	<u>5.295</u>	<u>4.291</u>
Total não circulante	<u>5.295</u>	<u>4.291</u>

- (i) Refere-se a Plano de Bonificação aprovado pelo Conselho de Administração, o qual é apurado e pago semestralmente, considerando parâmetros de performance da Companhia estabelecidos para um período de quatro anos;
- (ii) Refere-se à provisão de participação nos lucros a pagar aos colaboradores da OT S.A., calculada respeitando os planos de cada controlada, devidamente homologados nos sindicatos competentes;
- (iii) A Companhia possui um plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) aprovado pelos acionistas e Conselho de Administração, calculado com base na valorização das ações, para os executivos e empregados, selecionados a critério do Conselho de Administração da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Este plano não tem natureza de um plano de opção de compra de ações nos termos do artigo 168, §3º da Lei das Sociedades por Ações. Portanto, não haverá entrega de ações da Companhia e/ou compensação financeira por compra e venda de ações ("Phantom Options"). As Phantom Options não conferem ao titular a condição de acionista da Companhia bem como não dão direito a voto e a dividendos.

Para fins de provisionamento do valor justo do prêmio a ser pago aos beneficiários dos programas, foi utilizada metodologia para estimativa de valor futuro da ação, baseada em multiplicador do lucro, conforme definido nos programas, sendo o montante reconhecido como despesa no resultado do exercício em contrapartida do aumento do passivo, conforme o tempo decorrido entre a data da outorga e seu vencimento.

A seguir são listados os contratos em vigor em 31 de dezembro de 2025:

Séries de opções	Quantidade	Preço de Exercício	Data de Validade
2022-B	542.352	3,59	31/08/2026
2022-C	1.241.527	3,59	31/08/2026
2023-A	1.706.665	4,51	31/08/2027
2023-B	1.697.089	4,51	31/08/2027
2024-A	1.686.200	5,01	31/08/2028
2025-A	1.498.461	6,27	31/08/2029

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ocorreram movimentações com redução do valor provisionado, devido a cancelamento (R\$131), exercício por desligamento (R\$92) e exercício (R\$12.474). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve movimentações com redução do valor provisionado, devido a cancelamento (R\$4) e exercício (R\$160).

Movimentações das quantidades de *Phantom Options*:

	Consolidado						
	2022-A	2022-B	2022-C	2023-A	2023-B	2024-A	2025-A
Saldos em 31/12/2023	3.089.655	542.352	1.401.556	1.706.665	1.721.241	-	-
Outorgadas	-	-	-	-	-	1.711.200	-
Exercidas	-	-	(78.689)	-	(1.754)	-	-
Canceladas	-	-	-	-	(6.000)	-	-
Saldos em 31/12/2024	3.089.655	542.352	1.322.867	1.706.665	1.713.487	1.711.200	-
Outorgadas	-	-	-	-	-	-	1.507.762
Exercidas	(3.089.655)	-	(62.035)	-	(7.040)	(6.000)	-
Canceladas	-	-	(19.305)	-	(9.358)	(19.000)	(9.301)
Saldos em 31/12/2025	-	542.352	1.241.527	1.706.665	1.697.089	1.686.200	1.498.461

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

16. Dividendos a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	-	-	-	-
Dividendos declarados	146.860	91.917	146.860	91.917
Dividendos pagos	(122.460)	(91.917)	(122.460)	(91.917)
Saldos finais	24.400	-	24.400	-

17. Arrendamentos a pagar (consolidado)

Em conformidade com o CPC 06 (R2), o passivo de arrendamento é reconhecido pelo valor presente dos seus fluxos de pagamento à taxa incremental de desconto, em contrapartida ao ativo de direito de uso (Nota Explicativa nº 10).

A movimentação no exercício pode ser assim demonstrada:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	9.664	11.036
Contratos		
Novos	-	743
Atualização (i)	92	528
Juros apropriados	1.167	1.386
Pagamentos realizados	(3.951)	(4.029)
Saldos finais	6.972	9.664
Circulante	3.355	2.744
Não circulante	3.617	6.920

(i) Ver Nota Explicativa nº 10.

18. Receitas antecipadas (consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Decorrentes de obrigações de performance a cumprir (i)		
Saldo no início do exercício	32.364	23.519
Recebimento de receitas antecipadas	82.130	71.779
Apropriação de receitas antecipadas	(79.837)	(62.934)
Saldo no final do exercício	34.657	32.364
Circulante	34.145	31.794
Não circulante	512	570

(i) Refere-se, substancialmente, a contratos do segmento de Serviços Fiduciários descrito na Nota Explicativa nº 27, faturados antecipadamente e cuja receita é apropriada ao resultado até o término da prestação do serviço, conforme cumprida a obrigação de performance da OT DTVM.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

19. Outras contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de clientes (i)	-	-	1.153	2.617
Fornecedores a pagar	28	21	1.953	2.669
Credores liquidação pendente	-	-	493	357
Provisão de despesas	11	7	4.833	6.370
Outras contas a pagar	-	-	509	-
Total de curto prazo	<u>39</u>	<u>28</u>	<u>8.941</u>	<u>12.013</u>
Depósitos em garantia - obrigações legais (ii)	-	-	1.778	1.437
Total longo prazo	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.778</u>	<u>1.437</u>

- (i) Correspondem a recursos de fundos de investimento encerrados, transferidos às entidades administradoras, para que estas possam fazer os pagamentos das obrigações assumidas pelos respectivos fundos a serem liquidadas após encerramento destes;
- (ii) Ver Notas Explicativas nºs 8 e 31 (b) (i) e (ii).

20. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totaliza R\$ 50.997 (R\$ 41.199 em 31 de dezembro de 2024), representado por 341.150.000 ações sem valor nominal, sendo 172.280.750 ações ordinárias e 168.869.250 ações preferenciais sem direito a voto, mas que possuem prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, sem prêmio.

b. Destinação do lucro líquido e reservas de lucros

(i) Dividendos

O Estatuto Social determina que após a constituição da reserva legal, a distribuição de dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido.

As ações preferenciais farão jus a dividendo anual mínimo de R\$ 0,01 (um centavo) por ação.

Em 04 de março de 2024, os acionistas em AGOE deliberaram por: (i) aprovar as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) ratificar a distribuição de dividendos intermediários e destinar o montante de dividendos no valor de R\$ 46.917, face a apuração do lucro líquido de R\$ 81.014; (iii) aumentar o capital social da Companhia no valor de R\$ 10.200, mediante as capitalizações de R\$ 4.000 da Reserva para Manutenção de capital de giro e/ou margem operacional e R\$ 6.200 de Reserva legal, sem emissão de ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Em 08 de agosto de 2024, os acionistas em AGE deliberaram por aprovar a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 45.000, sobre o lucro líquido apurado no primeiro semestre de 2024.

Em 27 de fevereiro de 2025, os acionistas em AGOE deliberaram por: (i) aprovar as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) destinar o montante de dividendos no valor de R\$ 48.760; (iii) destinar o montante de R\$ 5.178 para reserva legal e o montante de R\$ 4.620 para outras reservas de lucro (iv) aumentar o capital social da Companhia no valor de R\$ 9.798, mediante as capitalizações de R\$ 4.620 de outras reservas de lucro e R\$ 5.178 de Reserva legal, sem emissão de ações.

Em 08 de agosto de 2025, os acionistas em AGE deliberaram por aprovar a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 52.600, sobre o lucro líquido apurado no primeiro semestre de 2025.

Em conformidade com a Lei nº 15.270/2025, no dia 22 de dezembro de 2025, os acionistas em AGE deliberaram por aprovar a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 45.500, face a apuração de lucro líquido do período de onze meses findo em novembro de 2025 e a expectativa de lucro líquido a ser auferido para o mês de dezembro de 2025.

(ii) Reservas de lucros

- Reserva legal: do lucro líquido auferido em cada exercício, 5% são destinados à formação da Reserva legal, até que o saldo desta reserva atinja o limite de 20% do capital social, conforme estabelecido na Lei societária;
- Reserva para Manutenção de capital de giro e/ou margem operacional: poderá ser constituída após constituição da Reserva legal, com a finalidade de atender às necessidades regulatórias e/ou de negócios e investimentos da Companhia e de suas controladas;
- Reserva para dividendos complementares: constituída pela parcela dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração em excesso aos dividendos mínimos estatutários, por ocasião do encerramento do exercício social.

(iii) Lucro por ação

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizados no cálculo do lucro por ação, básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Lucro por ação – básico:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro disponível para os detentores das ações	132.083	103.558
Total do lucro disponível para os detentores de ações		
Ordinárias	66.702	52.297
Preferenciais	65.381	51.261
Média ponderada das ações em circulação		
Ordinárias	172.280.750	172.280.750
Preferenciais	168.869.250	168.869.250
Lucro por ação - básico (R\$)		
Ordinárias	0,387169	0,303556
Preferenciais	0,387169	0,303556

Lucro por ação – diluído:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro disponível para os detentores de ações preferenciais	65.381	51.261
Dividendos sobre as ações preferenciais após efeitos da diluição	-	-
Lucro disponível para os detentores de ações preferenciais, após o efeito da diluição	65.381	51.261
Lucro disponível para os detentores de ações ordinárias	66.702	52.297
Dividendos sobre as ações preferenciais após efeitos da diluição	-	-
Lucro disponível para os detentores de ações ordinárias, após o efeito da diluição	66.702	52.297
Média ponderada ajustada de ações		
Ordinárias	172.280.750	172.280.750
Preferenciais	168.869.250	168.869.250

(iv) Ajuste de avaliação patrimonial (controladora)

O saldo refere-se a ajustes de avaliação patrimonial de controladas, líquido dos efeitos tributários (Nota Explicativa nº 9).

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do patrimônio líquido	1.433	800
Total	1.433	800

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

21. Receita líquida de prestação de serviços (consolidado)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta da prestação de serviços	365.173	329.189
(-) Descontos concedidos	(591)	(3.115)
(-) Impostos sobre o faturamento	(35.367)	(30.544)
Receita líquida da prestação de serviços	329.215	295.530

22. Despesas administrativas

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas administrativas		
Processamento de dados	(156)	(220)
Seguros	(236)	(267)
Custódia	(36)	(37)
Serviços técnicos	(197)	(232)
Taxas e multas regulatórias	(24)	(23)
Outras	(11)	(5)
Total	(660)	(784)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas administrativas		
Água, energia e gás	(444)	(422)
Condomínio	(1.312)	(1.299)
Comunicações	(641)	(650)
Processamento de dados	(34.700)	(25.172)
Promoções e relações públicas	(2.739)	(2.445)
Seguros	(411)	(417)
Custódia e escrituração	(575)	(787)
Serviços de terceiros	(3.184)	(3.007)
Serviços técnicos	(5.742)	(4.482)
Taxas e multas regulatórias	(229)	(8.529)
Viagens	(661)	(553)
Depreciação/amortização	(4.055)	(4.239)
Outras despesas	(2.010)	(1.672)
Total	(56.703)	(53.674)

23. Resultado financeiro

As receitas financeiras decorrem, substancialmente, de aplicações compromissadas lastreadas em títulos públicos, cotas de fundos de investimentos, conforme Notas Explicativas nºs 5 e 6 e as despesas financeiras são compostas de tarifas bancárias, impostos sobre operações financeiras ("IOF") e juros sobre os arrendamentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

24. Imposto de Renda e Contribuição Social (Consolidado)

- a. A seguir, é apresentado o demonstrativo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, apurado sob dois regimes de tributação (lucro presumido e lucro real), conforme aplicável:

Entidades tributadas pelo lucro presumido	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta da prestação de serviços	85.744	74.333
(-) Descontos incondicionais	(17)	(6)
Rendimento de aplicações financeiras	3.705	2.403
Receita bruta	89.432	76.730
Base de cálculo - Contribuição Social e IRPJ	31.138	26.188
15% Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	(4.671)	(3.928)
9% Contribuição Social s/ lucro líquido (CSLL)	(2.802)	(2.357)
Base de cálculo para adicional do IRPJ	31.138	26.188
10% adicional de IRPJ	(3.090)	(2.593)
IRPJ e CSLL s/ reconhecimento de receita antecipada	-	(64)
(=) Despesas do Imposto de Renda e da Contribuição Social- lucro presumido (i)	(10.563)	(8.942)
Entidades tributadas pelo lucro real	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes da tributação	165.210	128.442
Adições e (exclusões)	2.681	17.002
Base de cálculo - Contribuição Social e IRPJ	167.891	145.444
Alíquota nominativa	40%	40%
(=) Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	(67.447)	(57.556)
+ impostos diferidos	3.356	5.309
+ Deduções fiscais	2.659	2.473
(=) Despesas líquida de Imposto de Renda e da Contribuição Social (ii)	(61.432)	(49.774)
Despesas do Imposto de Renda e da Contribuição Social consolidadas (i + ii)	(71.995)	(58.716)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

- b. A movimentação do saldo de créditos tributários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrada:

	31/12/2024	Adições/ exclusões	31/12/2025
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.601	(256)	1.345
Arrendamento financeiro	393	2	395
Provisão de benefícios ILP	2.519	2.627	5.146
Provisão de despesas temporariamente indedutíveis	2.016	166	2.182
Receitas antecipadas (a)	10.871	817	11.688
Total créditos tributários	<u>17.400</u>	<u>3.356</u>	<u>20.756</u>
	31/12/2023	Adições/ exclusões	31/12/2024
Total créditos tributários	12.091	5.309	17.400

(a) Receitas antecipadas líquidas de tributos.

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Os serviços vendidos pela Companhia são denominados em Reais.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros.

(i) Risco de mercado

A Companhia possui ativos financeiros atrelados às flutuações de mercado que afetam preços, taxas de juros, entre outros fatores e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado, conforme Notas Explicativas nºs 5 e 6.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas pela Companhia. Estas perdas podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

Tendo em vista a natureza e curto prazo das aplicações financeiras da Companhia, o risco de mercado é considerado muito reduzido pela Administração.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

(ii) Risco de crédito

A Companhia possui substancialmente aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha ou títulos do Tesouro Nacional, por consequência minimizando o risco, conforme Notas Explicativas nºs 5 e 6.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes da Companhia, é avaliada a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, também, o saldo de contas a receber em aberto por prestação de serviços aos seus clientes, os quais são diariamente monitorados. A Companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, tomando como base o tempo decorrido do vencimento do ativo financeiro e a expectativa de fluxo de caixa recuperável do mesmo (Nota Explicativa nº 7).

(iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional, bem como o pagamento de dividendos de seus acionistas.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

Projeção do fluxo de caixa sobre as obrigações a pagar em 31 de dezembro de 2025:

	Até um ano	Acima de um e até cinco anos	Total
Depósitos	105.774	-	105.774
Dividendos a pagar	24.400	-	24.400
Obrigações fiscais e previdenciárias	77.833	956	78.789
Obrigações trabalhistas	42.435	5.295	47.730
Arrendamento a pagar	3.870	4.075	7.945
Outras contas a pagar	8.941	1.778	10.719

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Projeção do fluxo de caixa sobre as obrigações a pagar em 31 de dezembro de 2024:

	Até um ano	Acima de um e até cinco anos	Total
Depósitos	206.021	-	206.021
Obrigações fiscais e previdenciárias	64.937	533	65.470
Obrigações trabalhistas	34.868	4.291	39.159
Arrendamento a pagar	3.863	7.939	11.802
Outras contas a pagar	12.013	1.437	13.450

(iv) Risco cambial

A Companhia está exposta a risco cambial não significativo, pois atua apenas no Brasil e suas transações, receitas e quase a totalidade das despesas ocorrem em Reais.

(v) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca aplicar seus recursos disponíveis em operações com taxas prefixadas, substancialmente de curtíssimo prazo.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras são afetados pelas variações nas taxas de juros, entretanto, considerando o prazo das mesmas, o risco é considerado muito reduzido.

Análise de sensibilidade

A Companhia utiliza o cálculo do Value at Risk – VaR paramétrico para a gestão de risco de mercado dos seus instrumentos financeiros. O VaR estima a maior perda esperada em condições normais de mercado, considerando um horizonte de tempo e um intervalo de confiança. Para o cálculo utilizamos como parâmetros um intervalo de confiança de 95%, um horizonte de 1 dia e, para o cálculo das volatilidades, a metodologia EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), com fator de decaimento exponencial (lambda) de 0,94.

A seguir é demonstrado o quadro com os valores calculados para a data das demonstrações financeiras consolidadas:

Data	VaR
31/12/2024	0,006593%
31/12/2025	0,189854%

(vi) Risco social, ambiental e climático

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) do Grupo Oliveira Trust estabelece diretrizes para garantir práticas éticas e sustentáveis, focando na proteção social, preservação ambiental e adaptação às mudanças climáticas. A política se aplica a todos os colaboradores e partes interessadas e inclui ações para promover o respeito aos direitos trabalhistas, reduzir impactos ambientais e adotar uma economia de baixo carbono.

A gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos é integrada à estrutura de governança do Grupo Oliveira Trust, com monitoramento contínuo e ações corretivas. O Grupo Oliveira Trust também investe em treinamento, educação e conscientização ambiental, além de manter a transparência com as partes interessadas e revisar periodicamente suas práticas para garantir a efetividade da política.

26. Instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não operou ou possui operações próprias com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

27. Informações por segmento

A Administração definiu três segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pela Diretoria, sujeitos à divulgação de informações. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são tratadas de forma uniforme para a Companhia e suas controladas.

- (1) Administração fiduciária (“Fundos”): compreende as atividades relacionadas, direta ou indiretamente, ao funcionamento e manutenção do fundo, como a supervisão diligente de seus prestadores de serviço, a preservação do melhor interesse dos seus investidores e a assecuração da estrita observância de todas as regras e procedimentos estabelecidos nos respectivos regulamentos e demais contratos da operação.
- (2) Serviços qualificados (“SQ”): são segregados em três grupos, voltados para prestação de serviços:
 - (a) Escrituração: os serviços contemplam o registro eletrônico dos títulos emitidos, tratamento tributário, liquidação dos pagamentos, conciliação dos ativos com o depositário central (B3), envio de relatórios aos clientes e reporte periódico aos órgãos reguladores;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

- (b) Custódia: o serviço compreende a guarda, registro e liquidação física e financeira de ativos, assim como o controle de eventos associados a esses ativos junto às centrais depositárias;
 - (c) Controladoria: o serviço consiste no apuração de ativos, provisionamento de taxas e despesas, apuração do valor de cota e o registro de todos os lançamentos contábeis das operações realizadas pelos fundos, em estrita observância à legislação e regulamentação vigentes.
- (3) Serviços fiduciários: os serviços compreendem o controle de obrigações contratuais e atuação na preservação dos direitos dos investidores, notadamente em operações estruturadas.

Participação no resultado por segmentos - 2025

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o segmento de serviços fiduciários responde por aproximadamente 37,87% (R\$ 124.669) do total da receita líquida da Companhia, seguido por serviços qualificados com 36,22% (R\$ 119.237) e administração fiduciária com 25,91% (R\$ 85.309). Desta forma, é apresentada a seguir a demonstração do resultado por cada um desses segmentos:

	(1) Administração Fiduciária	(2) Serviços Qualificados	(3) Serviços Fiduciários	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025				
Receita líquida da prestação de serviços	85.309	119.237	124.669	329.215
Receitas/(despesas) operacionais	(62.143)	(88.202)	(47.792)	(198.137)
Despesas de pessoal	(47.196)	(60.578)	(34.391)	(142.165)
Despesas administrativas	(15.018)	(29.053)	(12.632)	(56.703)
Provisão p/outros créditos de liquidação duvidosa	179	(190)	(1.071)	(1.082)
Outras receitas (despesas) operacionais	(108)	1.619	302	1.813
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas de impostos	23.166	31.035	76.877	131.078
Receitas/despesas financeiras líquidas	9.826	54.266	8.908	73.000
Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.569)	(30.405)	(32.021)	(71.995)
Lucro líquido do exercício	23.423	54.896	53.763	132.083

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Participação no resultado por segmentos - 2024

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o segmento de serviços fiduciários responde por aproximadamente 37,74% (R\$ 111.525) do total da receita líquida da Companhia, seguido por serviços qualificados com 35,22% (R\$ 104.086) e administração fiduciária com 27,04% (R\$ 79.919). Desta forma, é apresentada abaixo a demonstração do resultado por cada um desses segmentos:

	(1) Administração Fiduciária	(2) Serviços Qualificados	(3) Serviços Fiduciários	Total
Exercício findo em 31 de dezembro 2024				
Receita líquida da prestação de serviços	79.919	104.086	111.525	295.530
Receitas (despesas) operacionais	(58.723)	(73.522)	(41.663)	(173.908)
Despesas de pessoal	(39.559)	(49.155)	(29.031)	(117.745)
Despesas administrativas	(17.948)	(24.849)	(10.877)	(53.674)
Provisão p/outros créditos de liquidação duvidosa	(1.062)	(1.319)	(1.698)	(4.079)
Outras receitas (despesas) operacionais	(154)	1.801	(57)	1.590
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos	21.196	30.564	69.862	121.622
Receitas/despesas financeiras líquidas	6.789	30.058	3.805	40.652
Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.379)	(22.613)	(27.724)	(58.716)
Lucro líquido do exercício	19.606	38.009	45.943	103.558

28. Partes relacionadas

(a) Saldos e operações com controladoras (consolidado)

As operações realizadas entre partes relacionadas decorrem do curso normal dos negócios e são efetuadas a valores e taxas usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

A Companhia investe no Fundo de Investimento OT Soberano (Nota Explicativa nº 6), o qual é administrado e gerido por empresas controladas. Em adição, a Companhia contratou os serviços de escrituração da OT DTVM para controle do livro de registro das suas ações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos em conta corrente das investidas com a OT DTVM S.A estão apresentados como segue:

	Relacionamento	Saldos eliminados na consolidação	
		31/12/2025	31/12/2024
Ativo		1.088	157
Ativos financeiros			
Oliveira Trust Servicer S/A	Controlada	956	75
Holding Trust S.A.	Controlada	25	61
Valores a receber			
Oliveira Trust Servicer S/A	Controlada	86	-
Despesas antecipadas			
OT S.A.	Controladora	21	21
Passivo		1.088	157
Depósitos			
Oliveira Trust DTVM S.A.	Controlada	981	136
Valores a pagar			
Oliveira Trust DTVM S.A.	Controlada	86	-
Adiantamento de clientes			
Oliveira Trust DTVM S.A.	Controlada	21	21
Resultado		-	-
Receita antecipada			
Oliveira Trust DTVM S.A.	Controlada	36	15
Despesa com taxa de escrituração			
OT S.A.	Controladora	(36)	(15)

(b) Remuneração dos administradores (Consolidado)

A remuneração dos administradores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é composta de despesas com pró-labores, bonificação e encargos sociais, totalizando R\$ 20.424 (R\$ 18.467 em 2024), as quais são contabilizadas como despesa de pessoal. Adicionalmente, os administradores fazem jus a uma parte do Incentivo de Longo Prazo denominado Phantom Options, (ver Nota Explicativa nº 15), cujo valor justo apurado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 13.751 (R\$ 14.468 em 2024).

29. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros, com objetivo de prover a cobertura contra incêndios, danos patrimoniais, subtração de ativos imobilizados e de responsabilidade civil, os quais são utilizados nas atividades operacionais. Desta forma, em 31 de dezembro de 2025 estão contratados seguros cobrindo valores em risco de até R\$ 44.536.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

30. Transações que não afetam o caixa (consolidado)

As transações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia estão apresentadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos deliberados não recebidos	(24.400)	(14.291)	-	-
Dividendos deliberados não pagos	24.400	-	24.400	1.271
Novos contratos e atualizações de arrendamentos	-	-	92	1.271
Aquisição de imobilizado a prazo	-	-	(48)	(86)
Total	-	(14.291)	24.494	1.185

31. Ativos e passivos contingentes

(a) Ativos contingentes

(i) Ação de repetição de indébito pela não incidência de ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A OT DTVM e a OT SERVICER ajuizaram ação de repetição de indébito com pedido de tutela provisória antecipada em caráter antecedente sobre a declaração de não incidência de ISS na base de cálculo do PIS/COFINS dos últimos cinco anos.

O pedido foi julgado procedente, em parte, condenando a União a restituir a exação recolhida a maior, mediante compensação com contribuição da mesma espécie e destinação com atualização pela taxa SELIC. A União ingressou com recurso de apelação, sem sucesso, tendo oposto então Recurso Extraordinário, que acarretou o sobrestamento do processo até julgamento de recurso de repercussão geral - Recurso Extraordinário nº 592.616.

Atualmente aguarda-se julgamento do recurso mencionado acima sendo mantido o recolhimento de tais tributos regularmente.

(ii) Mandado de Segurança pela inexigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras

A ação busca a compensação do indébito tributário ao que recolheu a título de PIS e COFINS indevidamente nos últimos cinco anos, contados da distribuição da demanda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado de outra forma)

O processo aguardava julgamento de Recurso Extraordinário n.º 609.096, com repercussão geral, em relação ao tributo PIS. Com relação à COFINS, a Companhia peticionou junto ao D. Juízo para prosseguimento do feito, sem lograr êxito, por entender o Juízo que se deveria aguardar o julgamento total do recurso, isto é, em relação à parte que diz respeito ao PIS.

Em julho de 2023, foi publicado acórdão dando parcial provimento ao Recurso Extraordinário n.º 609.096 (“RExt”), a fim de estabelecer a legitimidade da incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas brutas operacionais decorrentes das atividades empresariais típicas de instituições financeiras, à luz da Lei nº 9.718/98, mesmo em sua redação original, ressalvadas as exclusões e deduções legalmente prescritas.

Ainda nos autos do RExt n.º 609.096, em agosto de 2023, foi proferida decisão relacionada aos embargos de declaração contra o acórdão acima mencionado, que determinou a suspensão da cobrança do PIS sobre as receitas brutas operacionais decorrentes das atividades empresariais típicas de instituições financeiras, embasada na Lei nº 9.718/98, até o julgamento final do recurso aclaratório.

Em agosto de 2024, o Superior Tribunal Federal determinou a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre o Tema nº 372 e tramitem no território nacional. Contra esta decisão, foi interposto Agravo Regimental pela União, pendente de julgamento. O processo permanece sobrestado, aguardando o trânsito em julgado do RExt, sendo mantido o recolhimento de tais tributos regularmente.

(b) Passivos contingentes

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível que não são objeto de provisão contábil estão apresentadas a seguir:

(i) Lançamento de autoridade fiscal

Na condução regular da prestação de serviços de administração de fundos de investimento, e na qualidade de responsável tributária, por substituição, a OT Servicer está respondendo ao lançamento da Autoridade Fiscal, ocorrido em 2020, relacionado à eventual diferença de recolhimento de tributos. O processo, cujo valor atualizado envolvido é de R\$ 34.467, encontra-se ainda na fase administrativa, sendo que a expectativa de perda, nesta fase, atribuída pelos assessores jurídicos, é possível. Se, eventualmente, a decisão for desfavorável na esfera administrativa, a Administração poderá discutir judicialmente o mérito do referido lançamento, de modo que não é praticável, nesse momento, estimar o tempo para resolução definitiva desta demanda, e o seu eventual efeito financeiro, se houver.

Não obstante, os cotistas do fundo de investimento envolvido têm capacidade financeira e garantem, integralmente, todos os custos a serem incorridos ao longo do processo, incluindo eventuais perdas decorrentes de decisão final desfavorável, de modo que não haverá qualquer impacto econômico-financeiro para a OT Servicer ou Companhia em decorrência do referido processo.

(ii) Reclamação trabalhista

Trata-se de reclamação trabalhista ajuizada contra a OT Servicer, cuja sentença proferida em primeira instância julgou a ação improcedente, tendo sido interpostos, recurso ordinário e recurso adesivo, respectivamente, pelo reclamante e reclamada. Em junho de 2023, foi dado provimento parcial ao recurso do reclamante. Em face desse acórdão, a reclamada e o reclamante opuseram embargos declaratórios, onde os da primeira foram rejeitados e os da segunda foram acolhidos em parte, apenas para prestar esclarecimentos, sem efeito modificativo. A OT Servicer interpôs agravo de instrumento em março de 2024 contra decisão que inadmitiu seu recurso de revista interposto em setembro de 2023. Em abril de 2024, o reclamante apresentou resposta aos Recursos interpostos pela OT Servicer, tendo, ainda, interposto Recurso de Revista Adesivo. Em maio de 2024 foi proferida Decisão Monocrática negando provimento ao Agravo de Instrumento interposto pela OT Servicer, contra a qual foi interposto Agravo Interno, requerendo a reforma da Decisão Monocrática e o provimento de seus Recursos. Em junho de 2024, o reclamante apresentou contrarrazões ao Agravo Interno e, por ora, aguarda-se julgamento. Os consultores jurídicos classificam a expectativa de perda como possível.

(iii) Autuação da autoridade fiscal

Na condução regular da prestação de serviços de administração de fundos de investimento, a OT DTVM está respondendo à autuação da Autoridade Fiscal, ocorrida em dezembro de 2022, relacionada à eventual diferença de recolhimento de tributos. O processo, cujo valor atualizado envolvido é de R\$ 575.462, encontra-se ainda na fase administrativa, sendo que a expectativa de perda, nesta fase, atribuída pelos assessores jurídicos, é possível. Se, eventualmente, a decisão for desfavorável na esfera administrativa, a Administração poderá discutir judicialmente o mérito do referido lançamento, de modo que não é praticável, nesse momento, estimar o tempo para resolução definitiva desta demanda, e o seu eventual efeito financeiro, se houver.

Não obstante, ressaltamos que os instrumentos contratuais relacionados à prestação de serviços de Administração bem como à operação como um todo protegem que a OT DTVM não será, em qualquer hipótese, responsável pelo pagamento de eventuais perdas decorrentes de eventual decisão final desfavorável, de modo que não haverá qualquer impacto econômico-financeiro para a OT DTVM ou Companhia em decorrência de eventuais perdas no referido processo.

(iv) Ação indenizatória

Trata-se de Ação Indenizatória no montante estimado de R\$ 465 movida em face da OT Servicer oriunda de contrato de prestação de serviços fiduciários. Não obstante um amplo acervo probatório que comprova a inexistência de dano, foi proferida sentença julgando procedente o pedido. A sentença foi mantida pelo Tribunal, o que ensejou a interposição de Recurso Especial pela OT Servicer. Atualmente aguarda-se julgamento do recurso especial, cuja probabilidade de êxito em favor desta é classificada como possível.

(c) Depósitos em garantia – obrigações legais

Os mandados de segurança depositados como garantia de discussões sobre interpretação de normas legais são compostos por:

(i) Mandado de segurança pela inexigibilidade da CIDE

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela OT DTVM em 2022, buscando (i) o afastamento da cobrança da CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, diante da ausência de transferência de tecnologia por empresa contratada para prestar serviços de manutenção de software, suportes e assistências; e (ii) o reconhecimento do direito à recuperação dos valores recolhidos no decurso do processo. Tendo sido concedida medida liminar para reconhecer a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, em decorrência de depósito judicial realizado, equivalente ao valor da CIDE devida, a fim de que não haja a incidência de multa e juros por ausência de recolhimento da referida contribuição, cujo valor depositado será atualizado pela SELIC. Em maio de 2024, foi denegada a segurança pleiteada pela OT DTVM. Contra a sentença, foram opostos Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados. Diante desse cenário, a OT DTVM interpôs recurso de Apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Até dezembro de 2025 a OT DTVM realizou depósitos no montante de R\$ 696, atualizados pela Selic.

- (ii) Mandado de segurança pela observância do limite de 20 vezes o salário-mínimo no recolhimento das contribuições

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela OT DTVM e OT Servicer em julho de 2023, objetivando reconhecimento do direito de recolher as contribuições destinadas ao INCRA e o Salário-Educação ao FNDE observando o limite de 20 vezes o salário-mínimo sobre o valor total da folha de salários/folha de pagamento mensal (e não de forma individual sobre a remuneração de cada empregado).

Em agosto de 2023, o Ministério Público ofertou parecer manifestando ausência de interesse em intervir no feito, tendo sido proferido despacho determinando a suspensão do processo até o deslinde do julgamento do Tema 1.078 no STJ.

Ainda em agosto de 2023, foi protocolada petição pelas empresas, informando que realizaram depósito judicial do valor controverso em discussão no presente processo, qual seja, a diferença entre as contribuições ao sistema S sobre base de cálculo limitada a 20 salários-mínimos e a base de cálculo sem limitação, a fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, incluindo a incidência de multa e juros por ausência de recolhimento das referidas contribuições. Em 2024, o STJ se posicionou no sentido de que não é aplicável a limitação de 20 salários-mínimos à base de cálculo das contribuições ao Sistema S, motivo pelo qual em maio de 2024, os assessores jurídicos orientaram que a OT DTVM e a OT Servicer deixassem de depositar o valor em discussão e passassem a recolher as contribuições sobre a base de cálculo cheia; e, na eventual mudança de entendimento, se compensará o valor recolhido a maior.

Em novembro de 2024, foi prolatada sentença julgando improcedente nosso pedido. Contra a sentença, foi interposto recurso de Apelação, o qual teve seu provimento negado. Os Embargos de Declaração opostos contra o acórdão também restaram infrutíferos.

Em julho de 2025, foram interpostos Recursos Especial e Extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento.

As Companhias mantêm provisão integral dos valores envolvidos, para os quais realizou os depósitos judiciais totalizando R\$ 1.082 em 31 de dezembro de 2025 (ver Notas Explicativas nos 8 e 19).

32. Outras informações

(a) Recursos sob administração e custódia

Em 31 de dezembro de 2025, os patrimônios líquidos dos fundos de investimento sob administração do Grupo OT, totalizavam R\$ 155 bilhões e os ativos em custódia R\$ 186 bilhões.

(b) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) e IAS 7.

(c) Cancelamento de registro de Companhia aberta

Em AGE realizada em 23 de janeiro de 2026, foi aprovada por unanimidade dos acionistas, a submissão do pedido voluntário de cancelamento de registro de Companhia Aberta, perante a CVM, em cumprimento ao disposto na Lei 6.404/1976, e à regulamentação da Comissão de Valores ("CVM"), em especial ao art. 51 da Resolução CVM nº 80/2022 e à Resolução CVM 44/2021, o qual está condicionada a aprovação desta Autarquia.

33. Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2025 e até a presente data não ocorreram eventos que possam influenciar as decisões econômicas a serem tomadas pelos usuários com base nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

José Alexandre Costa de Freitas
Diretor
CPF: 008.991.207-17

Carlos Henrique Correa Sismil
Diretor
CPF: 011.896.377-58

Márcia Christina M. M. Coelho
Contadora
CRC/ RJ 108592/O
CPF: 110.977.587-37